

Pirapora II Solar Holding S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31
de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

| | |
|--|-----------|
| Relatório dos auditores independentes | 3 |
| Balancos patrimoniais | 7 |
| Demonstração do resultado | 8 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | 9 |
| Demonstração dos fluxos de caixa | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 11 |



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Diretores e Acionistas da
Pirapora II Solar Holding S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pirapora II Solar Holding S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Pirapora II Solar Holding S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa

Contador CRC RJ-100983/O-7

Pirapora II Solar Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

| Ativo | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| | | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 4.575.308 | 1.964.505 | 37.918.146 | 14.074.203 |
| Aplicações financeiras | 5 | 812.170 | 66.796 | 2.214.761 | 3.640.598 |
| Contas a receber de clientes | 6 | - | - | 14.092.149 | 11.718.216 |
| Adiantamentos diversos | | 57.634 | 57.634 | 400.003 | 474.196 |
| Despesas antecipadas | 23 | - | - | 260.220 | 377.457 |
| Tributos a recuperar | | 216.756 | 96.079 | 500.992 | 187.731 |
| Dividendos a Receber | | <u>7.205.867</u> | <u>606.606</u> | - | - |
| | | 12.867.735 | 2.791.620 | 55.386.272 | 30.472.401 |
| Não circulante | | | | | |
| Despesas antecipadas | 23 | - | - | - | - |
| Investimentos em sociedades controladas | 8 | 116.262.332 | 122.599.132 | - | - |
| Imobilizado | 9 | - | - | 423.371.969 | 439.794.425 |
| Direito de uso de arrendamento | 10 | - | - | 5.393.499 | - |
| Intangível | 11 | <u>19.238.731</u> | <u>20.300.073</u> | <u>19.238.731</u> | <u>20.300.073</u> |
| | | 135.501.063 | 142.899.205 | 448.004.199 | 460.094.498 |
| Total do ativo | | <u>148.368.798</u> | <u>145.690.825</u> | <u>503.390.471</u> | <u>490.566.899</u> |
| Passivo | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Tributos a recolher | 12 | 9.642 | 198.011 | 815.177 | 1.324.539 |
| Contas a pagar | 13 | 46.105 | 21.756 | 2.020.632 | 795.935 |
| Contas a pagar - parte relacionadas | | - | - | - | 684.209 |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | 990.745 | 7.693.615 | 16.368.642 | 18.052.903 |
| Empréstimos - partes relacionadas | 7 | - | 40.250.360 | - | 40.250.360 |
| Arrendamento Mercantil | 10 | - | - | 615.115 | - |
| Dividendos a pagar | | 2.886.815 | - | 2.886.815 | - |
| Provisão para IRPJ e CSLL correntes | 15 | - | 30.421 | 850.757 | 2.996.029 |
| Provisão para IRPJ e CSLL Diferidos | 15 | - | - | - | 317.124 |
| | | 3.933.307 | 48.194.163 | 23.557.138 | 64.421.099 |
| Não circulante | | | | | |
| Provisão para IRPJ e CSLL diferidos | 15 | - | - | 432.634 | - |
| Arrendamento mercantil | 10 | - | - | 4.611.391 | - |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | <u>117.191.477</u> | - | <u>447.545.294</u> | <u>328.649.138</u> |
| | | 117.191.477 | - | 452.589.319 | 328.649.138 |
| Patrimônio Líquido | | | | | |
| Capital social | 16 | 17.975.818 | 106.675.815 | 17.975.818 | 106.675.815 |
| Reserva legal | 16 | 607.751 | - | 607.751 | - |
| Dividendos adicionais propostos | 16 | 8.660.444 | - | 8.660.444 | - |
| Prejuízos acumulados | 16 | - | <u>(9.179.152)</u> | - | <u>(9.179.152)</u> |
| | | 27.244.013 | 97.496.663 | 27.244.013 | 97.496.663 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | <u>148.368.798</u> | <u>145.690.825</u> | <u>503.390.471</u> | <u>490.566.899</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pirapora II Solar Holding S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

| | | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidada</u> | |
|--|------|---------------------|--------------------|---------------------|---------------------|
| | Nota | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Receitas e custos operacionais | | | | | |
| Receita líquida de vendas | 17 | - | - | 81.775.190 | 42.635.736 |
| Custo das vendas | 18 | - | - | (27.030.534) | (19.126.333) |
| Lucro bruto | | - | - | 54.744.656 | 23.509.403 |
| Despesas operacionais | | | | | |
| Despesas administrativas e outras despesas operacionais | 19 | (439.947) | (621.677) | (2.312.964) | (8.216.278) |
| Outras receitas operacionais | 19 | 212.566 | - | 1.648.433 | 4.977.306 |
| Participação de equivalência patrimonial | | 30.959.610 | 2.142.929 | - | - |
| Amortização de intangível | | (1.061.342) | - | (1.061.342) | - |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquida e impostos | | 29.670.888 | 1.521.252 | 53.018.784 | 20.270.432 |
| Despesas financeiras | 20 | (8.881.170) | (9.569.732) | (31.132.398) | (26.175.303) |
| Receitas financeiras | 20 | 544.445 | 784.357 | 3.374.392 | 2.263.557 |
| Resultado financeiro líquido | | (8.336.725) | (8.785.375) | (27.758.006) | (23.911.746) |
| Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | | 21.334.162 | (7.264.123) | 25.260.778 | (3.641.315) |
| IR e CS correntes | | - | - | (3.824.554) | (3.292.237) |
| IR e CS diferidos | | - | - | (102.061) | (330.572) |
| Lucro líquido/ (Prejuízo) do exercício | | 21.334.162 | (7.264.123) | 21.334.162 | (7.264.123) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pirapora II Solar Holding S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

| | Capital social | Adiantamento para aumento de capital | Transação de Capital | Dividendos Adicionais Propostos | Reserva legal | Lucros (Prejuízos) acumulados | Total controlada e consolidado |
|---|----------------|--------------------------------------|----------------------|---------------------------------|---------------|-------------------------------|--------------------------------|
| Saldos em 03 de março de 2017 | 43.675.819 | - | (4) | - | - | (1.915.029) | 41.760.786 |
| Adiantamento para aumento de capital | - | 63.000.000 | - | - | - | - | 63.000.000 |
| Subscrição de Capital | 63.000.003 | (63.000.000) | - | - | - | - | 3 |
| Reserva de Capital | (4) | - | 4 | - | - | - | - |
| Prejuízo Líquido do Período | - | - | - | - | - | (7.264.123) | (7.264.123) |
| | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 106.675.818 | - | - | - | - | (9.179.152) | 97.496.666 |
| Redução de capital | (88.700.000) | - | - | - | - | - | (88.700.000) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 21.334.162 | 21.334.162 |
| Destinação do lucro: | - | - | - | - | - | - | - |
| . Reserva legal | - | - | - | - | 607.751 | (607.751) | - |
| . Dividendos a pagar | - | - | - | - | - | (2.886.815) | (2.886.815) |
| . Dividendos adicionais propostos | - | - | - | 8.660.444 | - | (8.660.444) | - |
| | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 17.975.818 | - | - | 8.660.444 | 607.751 | - | 27.244.013 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pirapora II Solar Holding S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

| | Controladora | | Consolidada | |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício | 21.334.162 | (7.264.123) | 21.334.162 | (7.264.123) |
| Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa: | - | - | - | - |
| . Depreciação | - | - | 18.296.586 | 10.963.147 |
| . Amortização | 1.061.342 | - | 1.061.342 | - |
| . Provisão de juros - financiamento com terceiros | 3.394.048 | 6.707.756 | 20.770.088 | 27.526.090 |
| . Provisão de juros - parte relacionada | 5.352.265 | 87.943 | 4.823.644 | 194.332 |
| . Provisão de comissão BNDES | - | 958.000 | - | 4.042.650 |
| . Provisão de IOF s/ empréstimo parte relacionada | 714.422 | 162.417 | 602.547 | 189.332 |
| . Imposto de renda e contribuição social diferidos | - | - | 102.061 | 330.572 |
| . Imposto de renda e contribuição social corrente | - | - | 3.824.554 | 3.292.237 |
| . Perda/Ganho de equivalência patrimonial | (30.959.610) | (2.142.929) | - | - |
| | 896.629 | (1.490.935) | 70.814.985 | 39.274.236 |
| Variações dos Ativos e Passivos operacionais | | | | |
| . Aplicações financeiras | (745.374) | (66.796) | 1.425.837 | 26.147.946 |
| . Contas a receber de clientes | - | - | (2.373.933) | (11.718.216) |
| . Contas a receber - partes relacionadas | - | 10.079.187 | - | - |
| . Adiantamentos | - | (56.689) | 74.193 | (473.251) |
| . Despesas antecipadas | - | - | 117.237 | 195.479 |
| . Tributos a recuperar | (120.677) | (96.079) | (313.262) | (166.210) |
| . Tributos a recolher | (188.369) | 180.336 | (509.363) | 173.475 |
| . Contas a pagar | 24.349 | (5.214.955) | 1.224.698 | (133.109.056) |
| . Contas a pagar - Parte relacionadas | - | - | (684.209) | 519.948 |
| . Provisão para IRPJ e CSLL | - | 30.421 | - | - |
| . Outros | 3 | - | (169.189) | - |
| | (1.030.068) | 4.855.425 | (1.207.991) | (118.429.885) |
| Gerado pelas operações: | | | | |
| . Juros pagos - parte relacionada | (5.438.041) | - | (4.909.402) | - |
| . IOF pagos de empréstimos parte relacionada | (188.369) | - | (764.954) | (42.847) |
| . Imposto de renda e contribuição social pagos | (30.421) | - | (5.956.377) | (309.656) |
| | (6.478.740) | 3.364.491 | 57.976.262 | (79.508.151) |
| Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais | (6.478.740) | 3.364.491 | 57.976.262 | (79.508.151) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | | | |
| . Redução de Capital das investidas | 28.270.725 | - | - | - |
| . Dividendos recebidos | 2.426.425 | - | - | - |
| . Custo na aquisição de investimentos | - | (35.731.258) | - | - |
| . Aquisição de investimentos em controlada | - | - | - | - |
| . Aquisição de imobilizado | - | - | (1.874.130) | (250.459.002) |
| . Aquisição de ativos intangíveis | - | - | - | (2.655.258) |
| | 30.697.150 | (35.731.258) | (1.874.130) | (253.114.260) |
| Caixa líquido gerado nas atividades de investimento | 30.697.150 | (35.731.258) | (1.874.130) | (253.114.260) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | | |
| . Redução de Capital | (88.700.000) | - | (88.700.000) | - |
| . Aquisição Debentures | 118.000.000 | - | 118.000.000 | - |
| . Pagamento Debentures | (7.000.000) | - | (7.000.000) | - |
| . Juros Debentures | (786.166) | - | (786.166) | - |
| . Custo a amortizar Debentures | (3.119.275) | - | (3.119.275) | - |
| . Aportes de capital dos acionistas | - | 63.000.000 | - | 63.000.000 |
| . Obtenção de empréstimos | - | - | 16.938.345 | 642.534.074 |
| . Obtenção Empréstimos - parte relacionada | 5.850.000 | 40.864.734 | - | 43.100.570 |
| . Pagamento de empréstimos com parte relacionada (principal) | (45.852.167) | (864.734) | (40.000.000) | (5.700.570) |
| . Empréstimos - Amortização principal | - | (63.000.000) | (9.839.299) | (368.000.000) |
| . Empréstimos - Amortização juros | - | (6.600.000) | (17.565.353) | (25.943.982) |
| . Custos de transação de empréstimos | - | - | (186.444) | (3.084.650) |
| . Pagamento Empréstimos Juros - parte relacionada | - | - | - | (155.165) |
| | (21.607.608) | 33.400.000 | (32.258.192) | 345.750.278 |
| Caixa líquido gerado(consumido) nas atividades de financiamento | (21.607.608) | 33.400.000 | (32.258.192) | 345.750.278 |
| Aumento do caixa e equivalentes de caixa | 2.610.803 | 1.033.232 | 23.843.940 | 13.127.867 |
| Varição do caixa e equivalentes de caixa | | | | |
| No início do exercício | 1.964.505 | 931.273 | 14.074.203 | 946.338 |
| No final do exercício | 4.575.308 | 1.964.505 | 37.918.146 | 14.074.203 |
| | 2.610.803 | 1.033.232 | 23.843.943 | 13.127.865 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Contexto operacional

A Pirapora Solar Holding S.A ("Pirapora Holding" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima, constituída em 1 de julho de 2017, que se rege pelas normas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av Almirante Barroso nº 52, 18º andar, Centro. A sociedade tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades.

O Consórcio Pirapora, foi um dos vencedores no 8º leilão de energia de Reserva, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 13 de novembro de 2015. Na ocasião, o consórcio obteve êxito na venda de 25,2 MWm ao preço médio de R\$ 300 /MWh. Após o êxito no leilão, foram constituídas três entidades (suas controladas) as quais receberam a autorização para exploração das usinas que, juntas, possuem capacidade total instalada de 90MW ofertada nesse mesmo leilão.

Em 16 de maio de 2017, a empresa Canadian Solar Inc, transferiu as entidades do complexo Solar Pirapora II para a sociedade Pirapora II Solar Holding S.A., através da incorporação das ações, a Sociedade passou a controlar 100% do capital das Sociedades Pirapora II Energias Renováveis S.A., Pirapora III Energias Renováveis S.A e Pirapora IV Energias Renováveis S.A., detendo assim participação exclusiva na carteira de projetos de energia solar fotovoltaica, que totalizam 90MW. As empresas Controladas tem o compromisso de implantar, operar e fazer a manutenção do Parque Solar.

Em 16 de maio de 2017, foram assinados os contratos definitivos de compra e venda na qual a Sociedade EDF EN do Brasil Participações Ltda adquiriu 80% de participação no capital social da Pirapora II Solar Holding S.A.

As Entidades controladas entraram em operação comercial ao longo do mês de maio de 2018, conforme evidenciado abaixo:

- Pirapora II: a partir do dia 26 de maio de 2018, conforme despacho nº 1.167, de 25 de maio de 2018;
- Pirapora III: a partir do dia 18 de maio de 2018, conforme despacho nº 1.098, de 17 de maio de 2018;
- Pirapora IV: a partir do dia 04 de maio de 2018, conforme despacho nº 998, de 03 de maio de 2018;

Em 07 de dezembro de 2018, a Omega Geração S.A. adquiriu 50% das ações da Sociedade, sendo 30% da participação da EDF EN do Brasil Participações S.A. e 100% da participação da Canadian Solar Uk Projects Limited. A partir desta data, a Omega Geração S.A. passou a deter 50% de participação na Sociedade, tendo seu controle compartilhado com a EDF EN do Brasil Participações S.A.

1.1 Da autorização

As Sociedades fazem parte do Complexo Solar Pirapora II que possui capacidade total instalada de 90 MW (114,926 MWp). Suas controladas tem o compromisso de implantar, operar e fazer a manutenção do Parque Solar e suas controladas assinaram com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua celebração, para a construção, operação e manutenção das instalações das usinas solares.

Abaixo encontram-se evidenciadas as características de cada controlada, a saber:

| Controladas | Assinatura da Outorga | Capacidade |
|--------------------------------------|------------------------------|-------------------|
| Pirapora II Energias Renováveis S.A | 10 de maio de 2016 | 30 MW |
| Pirapora III Energias Renováveis S.A | 09 de maio de 2016 | 30 MW |
| Pirapora IV Energias Renováveis S.A | 31 de maio de 2016 | 30 MW |
| | | <u>90 MW</u> |

As principais características dos projetos de suas controladas estão destacadas abaixo:

- (a) Planta fotovoltaica composta por três subparques de 30 MW cada;
- (b) Rede de Média Tensão subterrânea de 34,5 kV;
- (c) Subestação Coletora Pirapora I 34,5/138 kV;
- (d) Linha de transmissão 138 kV, com extensão aproximada de 10km, interligando a Subestação Coletora Pirapora II à Subestação Pirapora 2;
- (e) Bay de Conexão na Subestação Pirapora II em 138/345/500kV.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 18 de março de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06(R2) Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas às principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 10.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 21.

2.3 Base de Consolidação

Controladas

A Sociedade controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Sociedade.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre empresas são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Sociedade investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

2.5 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

(i) Provisão para desmobilização

A Administração da Sociedade entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, em função do valor remanescente estimado dos ativos de operação ser substancial e os custos observados no grupo para encerramento das atividade e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação ser relativamente baixo. Adicionalmente, a Sociedade já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao prazo contratual estabelecido.

(ii) Provisões para contingências judiciais

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. A Sociedade não tem nenhuma contingência judicial reconhecida nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3 Resumo das principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com - reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

(ii) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da sociedade ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas, caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

(iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a aplicações pós-fixada e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

(v) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com partes relacionadas.

- Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros.

3.2 Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão esperada para perda de créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável). Em 31 de dezembro de 2019, a Administração concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Sociedade e, portanto, etende não ser necessária a constituição de provisão para perdas esperadas, conforme CPC 48.

3.3 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo através de laudo técnico, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no CPC 01 / IAS 36 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado.

3.4 Investimento em controlada

O investimento em controladas (Pirapora II Energias Renováveis S.A., Pirapora III Energias Renováveis S.A. e Pirapora IV Energias Renováveis S.A.) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativa nas controladas.

3.5 Ativo Intangível Amortizável

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, sendo eles: Ágio apurado nas aquisições de negócios e Ágio com a vida útil definida, sendo a amortização ao prazo de autorização para a geração de energia. Em ambos os casos, o valor é testado anualmente e deduzido das perdas acumuladas por redução do valor recuperável, se necessário. Em 31 de dezembro de 2019 foram identificados ajustes nos valores das provisões dos ativos registrados.

3.6 Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

3.7 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. A administração optou por apresentar os juros de empréstimos como financiamentos.

Debêntures (Bridge Loan)

3.8 Investimento em controlada

O investimento em controladas (Pirapora II Energias Renováveis S.A., Pirapora III Energias Renováveis S.A. e Pirapora IV Energias Renováveis S.A.) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativa nas controladas.

3.9 Ativo Intangível Amortizável

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, sendo eles: *Ágio apurado nas aquisições de negócios* e *Ágio com a vida útil definida*, sendo a amortização ao prazo de autorização para a geração de energia. Em ambos os casos, o valor é testado anualmente e deduzido das perdas acumuladas por redução do valor recuperável, se necessário. Em 31 de dezembro de 2019 foram identificados ajustes nos valores das provisões dos ativos registrados.

3.10 Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

(i) **Ativos financeiros**

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) **Ativos não financeiros**

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

3.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. A administração optou por apresentar os juros de empréstimos como financiamentos.

Debêntures (Bridge Loan)

Em 23 de novembro de 2017 a Sociedade assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão foi a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários. As debêntures foram totalmente amortizadas na data de vencimento da mesma. Abaixo, apresentamos as principais características:

| | Valor total da emissão (R\$) | Quantidade | Valor Nominal Unitário (R\$) | Data de vencimento |
|--------------------------------|------------------------------|------------|------------------------------|--------------------|
| Pirapora II Solar Holding S.A. | 70.000.000 | 7.000 | 10.000 | 31/01/2019 |

Abaixo apresentamos a movimentação dos recursos, que foram liquidados no exercício de 2019, conforme segue:

| | | | |
|---|------------------|---|-------------|
| Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017 | 69.627.859 | Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018 | 7.693.615 |
| Juros e encargos | 6.707.756 | Juros e encargos | 92.551 |
| Liquidação de principal | (63.000.000) | Liquidação de principal | (7.000.000) |
| Liquidação de juros | (6.600.000) | Liquidação de juros | (786.166) |
| Montante Captado | - | Montante Captado | - |
| Custos de captação | 958.000 | Custos de captação | - |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2018 | <u>7.693.615</u> | Saldo final em 31 de dezembro de 2019 | <u>-</u> |

Debêntures

Em 13 de setembro de 2019 a Sociedade assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários. Abaixo, apresentamos as principais características:

| | Valor total da emissão (R\$) | Quantidade | Valor Nominal Unitário (R\$) | Data de vencimento |
|---------------------------|---|-------------------|---|-------------------------------|
| Pirapora II Solar Holding | R\$ 118.000.000 | 118.000 | 1.0000 | 15/12/2031 |

Abaixo apresentamos a movimentação dos recursos, ao longo do exercício de 2019, conforme segue:

| | |
|--|---------------------------|
| Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018 | - |
| Montante Captado | 118.000.000 |
| Juros e encargos | 3.301.497 |
| Custos de captação | (3.119.275) |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2019 | <u>118.182.222</u> |
| Passivo Circulante | 990.745 |
| Passivo Não Circulante | <u>117.191.477</u> |

- (a) Em 13 de Setembro de 2019, a Pirapora II Holding emitiu 118.000 debêntures com valor unitário de R\$1.000 (um mil reais) cada, totalizando uma emissão de R\$118.000.000 (cento e dezoito milhões de reais). As debêntures foram totalmente integralizadas em Outubro de 2019. O total dos custos de transação incorridos na contratação foi de R\$ 3.148.036 e os juros referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 3.301.497. Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 4,22% a.a., com exigibilidade semestral após o período de carência.

3.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.13 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Sociedade possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.14 Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo são reconhecidos diretamente no resultado financeiro.

3.15 Reconhecimento de receita

No que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

(i) Receita de geração de energia

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

(ii) Receita de geração de energia em fase de teste

A receita da fase de teste é registrada antes do período comercial da Sociedade, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal. Tal prática é contabilizada conforme o parágrafo 17 do CPC 27, que permite a capitalização de custos para verificar se o item está funcionando corretamente após a dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido no período de testes.

(iii) Receita de juros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

3.16 Tributos

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram calculados conforme normas estabelecidas para apuração do Lucro Real e a despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercício, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada período de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

3.17 Novas normas revisadas e vigentes a partir de 01 de janeiro de 2019:

(i) CPC 06 (R2) - arrendamentos

O CPC 06(R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador

permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Sociedade e suas controladas atuam como arrendatárias de terrenos para construção de seus projetos de usinas fotovoltaicas. A Sociedade e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Sociedade e suas controladas, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Sociedade e suas controladas não apresentam obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(ii) ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte: Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da sociedade.

3.18 Novas normas revisadas e ainda não vigentes:

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

4 Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Bancos | 4.575.308 | 1.964.505 | 37.918.146 | 14.074.203 |
| | <u>4.575.308</u> | <u>1.964.505</u> | <u>37.918.146</u> | <u>14.074.203</u> |

5 Aplicações financeiras

Os saldos de aplicações financeiras são demonstrados a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------|----------------|---------------|------------------|------------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Aplicações Auto Mais | 812.170 | 66.796 | 2.214.762 | 3.640.598 |
| | <u>812.170</u> | <u>66.796</u> | <u>2.214.762</u> | <u>3.640.598</u> |

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2019, sobre o DI CETIP ("CDI") de 96,17% (rentabilidade do FIC Soberano DI Santander). As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

6 Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes é demonstrado a seguir:

| | Controladora | | Controladora | |
|---|--------------|----------|-------------------|-------------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE | - | - | 14.092.149 | 11.718.216 |
| Total | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>14.092.149</u> | <u>11.718.216</u> |

A Sociedade constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade e medida através de relatório de medição mensal. Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Sociedade. Portanto, não se faz necessária a constituição de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

7 Transações com parte relacionadas

As transações com partes relacionadas são demonstradas a seguir:

7.1 Contas a pagar com parte relacionadas

| | Controladora | |
|-------------------------------------|---------------------|-------------|
| | 2019 | 2018 |
| PIRAPORA SOLAR HOLDING S.A | - | 29 |
| PIRAPORA VII | - | 2.167 |
| Contratos de Mútuo | | |
| EDF EN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA | - | 40.248.165 |
| Total | - | 40.250.361 |

Mutuos com partes relacionadas

| Controlada | Saldo em 31/12/2018 | Aquisição | Apropriação Juros | IOF | Amortização Principal | Juros | IOF | Saldo em 31/12/2019 |
|--------------------------------------|--------------------------------|------------------|------------------------------|----------------|----------------------------------|--------------------|------------------|--------------------------------|
| EDF EN Participações do Brasil Ltda | 40.248.165 | - | 4.823.644 | 602.547 | (40.000.000) | (4.909.402) | (764.954) | - |
| Pirapora II Energias Renováveis S.A | - | 1.950.000 | 176.207 | 37.292 | (1.950.000) | (176.207) | (37.292) | - |
| Pirapora III Energias Renováveis S.A | 2.195 | 1.950.000 | 176.207 | 37.292 | (1.952.167) | (176.225) | (37.302) | - |
| Pirapora IV Energias Renováveis S.A | - | 1.950.000 | 176.207 | 37.292 | (1.950.000) | (176.207) | (37.292) | - |
| | 40.250.360 | 5.850.000 | 5.352.265 | 714.422 | (45.852.167) | (5.438.041) | (876.839) | - |

Controladora e Consolidado

| | Saldo em 31/12/2017 | Aquisição | Apropriação Juros | IOF | Amortização Principal | Saldo em 31/12/2018 |
|--------------------------------------|--------------------------------|-------------------|------------------------------|-------------------|----------------------------------|--------------------------------|
| EDF EN Participações do Brasil Ltda | - | 40.000.570 | 85.758 | 162.407 | (570) | 40.248.165 |
| Pirapora II Energias Renováveis S.A | - | 249.811 | - | - | (249.811) | - |
| Pirapora III Energias Renováveis S.A | - | 439.978 | 2.185 | 10 | (439.978) | 2.195 |
| Pirapora IV Energias Renováveis S.A | - | 174.376 | - | - | (174.376) | - |
| | - | 40.864.734 | 87.943 | 162.417,47 | (864.734) | 40.250.360 |

Consolidado

| | Saldo em 31/12/2018 | Aquisição | Apropriação Juros | IOF | Amortização Principal | Juros | IOF | Saldo em 31/12/2019 |
|-------------------------------------|--------------------------------|------------------|------------------------------|----------------|----------------------------------|--------------------|------------------|--------------------------------|
| EDF EN Participações do Brasil Ltda | 40.248.165 | - | 4.823.644 | 602.547 | (40.000.000) | (4.909.402) | (764.954) | - |
| | 40.248.165 | - | 4.823.644 | 602.547 | (40.000.000) | (4.909.402) | (764.954) | - |

| | Saldo em 03/03/2017 | Aquisição | Apropriação Juros | IOF | Amortização Principal | Juros | IOF | Saldo em 31/12/2018 |
|--|------------------------|-------------------|----------------------|----------------|--------------------------|-------|-----|------------------------|
| EDF EN Participações do Brasil Ltda | - | 40.000.570 | 85.758 | 162.407 | (570) | - | - | 40.248.165 |
| | - | 40.000.570 | 85.758 | 162.407 | (570) | - | - | 40.248.165 |

(i) Consórcio Pirapora II Interconexões

Em 09 de Maio de 2017, foi constituído o Consórcio Pirapora 2 Interconexões (o “Consórcio”), com objetivo de trabalhar no desenvolvimento, execução, implantação, operação e manutenção das instalações de interconexão e transmissão de energia elétrica (o Empreendimento). O Consórcio compreende as Sociedades Pirapora II Energias Renováveis S.A., Pirapora III Energias Renováveis S.A. e Pirapora IV Energias Renováveis S.A.

Inicialmente as consorciadas denominaram a Pirapora IV como a líder do projeto, que terá duração de 35 anos. Posteriormente foi feito um aditivo nomeando Pirapora II como a líder do consórcio.

As despesas referem-se exclusivamente ao rateio dos custos da subestação e da linha de transmissão, no percentual de 33,33% para cada Sociedade participante. Os repasses não possuem custo financeiro e o contrato tem tempo de vigência de 35 anos.

Remuneração do pessoal chave da administração

Não houve remuneração do pessoal chave da administração em 2019 e em 2018.

8 Investimentos em Sociedades controladas

| | Pirapora II | Pirapora III | Pirapora IV | Total |
|------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| Patrimônio da investida | 38.318.689 | 38.780.730 | 39.162.913 | 116.262.332 |
| Percentual de investimento | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Saldo do investimento | 38.318.689 | 38.780.730 | 39.162.913 | 116.262.332 |

Abaixo apresentamos a movimentação do investimento no exercício, conforme segue:

| | Saldo em 31/12/2018 | Equivalência | Redução Capital | Dividendos | Saldo em 31/12/2019 |
|-------------------------------------|------------------------|-------------------|---------------------|--------------------|------------------------|
| PIRAPORA II ENERGIAS RENOVÁVEIS | 40.593.616 | 10.217.400 | (10.212.735) | (2.279.592) | 38.318.689 |
| PIRAPORA III ENERGIAS RENOVÁVEIS | 41.268.956 | 10.128.325 | (9.386.255) | (3.230.296) | 38.780.730 |
| PIRAPORA IV ENERGIAS RENOVÁVEIS | 40.736.560 | 10.613.886 | (8.671.735) | (3.515.797) | 39.162.913 |
| Pirapora II SOLAR HOLDING | 122.599.132 | 30.959.610 | (28.270.725) | (9.025.685) | 116.262.332 |

Apresentamos abaixo as principais informações financeiras das entidades controladas:

| | Pirapora II | Pirapora III | Pirapora IV |
|------------------------|--------------------|---------------------|--------------------|
| Ativo Circulante | 15.634.475 | 16.317.061 | 17.772.866 |
| Ativo Não Circulante | 148.427.822 | 145.281.487 | 143.733.984 |
| Passivo Circulante | 10.143.024 | 7.242.613 | 9.350.285 |
| Passivo Não Circulante | 115.600.584 | 115.575.205 | 112.993.652 |
| Patrimônio Líquido | 28.101.289 | 28.652.405 | 28.549.027 |
| Resultado | 10.217.400 | 10.128.325 | 10.613.886 |

9 Imobilizado

A movimentação do imobilizado consolidado em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

| Consolidado | 2019 | | | | | |
|--|-------------------------------|----------------------------|--------------------|----------------------|---------------------|----------------------------|
| | Taxa de depreciação | Saldo em 31/12/2018 | Adição | Transferência | Depreciação | Saldo em 31/12/2019 |
| Painéis solares fotovoltaicos (i) | 4% | 439.794.425 | 1.874.130 | - | (18.296.586) | 423.371.969 |
| Total | - | 439.794.425 | 1.874.130 | - | (18.296.586) | 423.371.969 |
| Custo | | 450.757.572 | - | - | - | 452.631.702 |
| Depreciação acumulada | | (10.963.147) | - | - | - | (29.259.733) |
| Imobilizado líquido | | 439.794.425 | - | - | - | 423.371.969 |
| Consolidado | 2018 | | | | | |
| | Taxa de deprec. Anual% | Saldo em 31/12/2017 | Adição | Transferência | Depreciação | Saldo em 31/12/2018 |
| Painéis solares fotovoltaicos (i) | 4% | - | 250.459.002 | 200.298.570 | (10.963.147) | 439.794.425 |
| Adiantamentos para aquisição de imobilizado (ii) | - | 34.860.892 | - | (34.860.892) | - | - |
| Capitalizações resultado financeiro (iii) | - | 243.895 | - | (243.895) | - | - |
| Instalações em construção (v) | - | 165.193.783 | - | (165.193.783) | - | - |
| Total | | 200.298.570 | 250.459.002 | - | (10.963.147) | 439.794.425 |
| Custo | | 165.407.370 | - | - | - | 450.757.572 |
| Depreciação acumulada | | - | - | - | - | (10.963.147) |
| Imobilizado líquido | | 165.407.370 | - | - | - | 439.794.425 |

10 Direito de Uso de Ativos e Passivos de Arrendamentos

a. Adoção inicial

A Sociedade e suas controladas adotaram em 1º de janeiro de 2019, data da transição, as diretrizes do CPC06 (R2) – “Operações de Arrendamento Mercantil”. A nova norma determinou que os arrendatários reconhecessem, a partir da data da transição, o direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de um arrendamento, na qual a tenha o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinado ativo identificado (específico), a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

Abordagem de transição

A Administração avaliou os impactos da nova norma e optou pela abordagem retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, sendo os efeitos apresentados a partir de 01 de janeiro de 2019.

Na transição, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados da taxa incremental. Os ativos de direito de uso são mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Isenções adotadas pela Sociedade e suas controladas

A Sociedade e suas controladas aplicaram os seguintes expedientes práticos e isenções:

- (i) Definição de contrato de arrendamento na transição: a Sociedade e suas controladas aplicaram o CPC 06 (R2) a todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019 considerados como arrendamento segundo os critérios de avaliação da própria norma.
- (ii) Contratos cujo o prazo remanescente na data da adoção era igual ou inferior a 12 meses: Segundo a norma, contratos inferiores a 12 meses estão excluídos do escopo, permanecendo sua contabilização como despesa, e seus pagamentos ocorrendo segundo critérios definidos pelo contrato.
- (iii) (Contratos para os quais os ativos subjacentes eram de baixo valor: a Sociedade e suas controladas continuaram reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.
- (iv) Aplicação de taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente).

Impactos no balanço patrimonial na adoção inicial

O principal impacto da adoção da nova norma está relacionado às operações de arrendamento de imóveis.

O quadro abaixo apresenta os efeitos no balanço patrimonial da adoção da nova norma em 01 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019:

| Efeito do CPC 06 (R2) no Balanço Patrimonial em: | | | | | |
|---|-------------------|-------------------|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Ativo | | | Passivo | | |
| | 01/01/2019 | 31/12/2019 | | 01/01/2019 | 31/12/2019 |
| Circulante | - | (789.515) | Circulante | | |
| | - | (789.515) | Arrendamento Mercantil | - | 615.115 |
| | | | | - | 615.115 |
| Não circulante | | | Não circulante | | |
| Direito de Uso de Arrendamento | 5.642.551 | 5.393.499 | Arrendamento Mercantil | 5.642.551 | 4.611.391 |
| | 5.642.551 | 5.393.499 | | 5.642.551 | 4.611.391 |
| | | | Patrimônio Líquido | | |
| | | | Resultados acumulados | - | (622.522) |
| | | | | - | (622.522) |
| Total | 5.642.551 | 4.603.985 | Total | 5.642.551 | 4.603.985 |

b. Política contábil e premissas para o reconhecimento

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza (“Custo dos Serviços Prestados” / “Despesas Administrativas”), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”.

A depreciação do ativo de direito de uso é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato.

A Sociedade e suas controladas reconheceram seu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Sociedade não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que a Administração não está razoavelmente certa de exercer opção de renovação dos arrendamentos.
- (ii) Contratos que envolvam o uso de ativos subjacentes de baixo valor.
- (iii) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (iv) Inclusão dos impostos recuperáveis na definição das contraprestações assumidas dos contratos em que seja aplicável.
- (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

- (vi) A taxa de desconto para o período de janeiro a dezembro de 2019 utilizada para as operações de arrendamento da Sociedade:
11,31% ao ano - Escritura Pública de Cessão Onerosa de Direito de Uso de Bem Imóvel findos entre 2046
10,39% ao ano - Escritura Pública de Cessão Onerosa de Direito de Uso de Bem Imóvel findos

As operações de arrendamento da Sociedade em vigência em 31 de dezembro de 2019 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

c. Composição e movimentação sumária dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade possui 2 contratos de arrendamentos. Em 01 de janeiro de 2019 a Sociedade possuía 2 contratos de arrendamento.

| Direito de Uso de Arrendamentos | Saldo em 01/01/2019 | Juros | Amortização | Saldo em 31/12/2019 |
|--|--------------------------------|----------------|--------------------|--------------------------------|
| Aluguel de Imóveis | 5.642.551 | - | (249.052) | 5.393.499 |
| | 5.642.551 | - | (249.052) | 5.393.499 |
| Arrendamento Mercantil | Saldo em 01/01/2019 | Juros | Amortização | Saldo em 31/12/2019 |
| | 5.642.551 | 373.470 | (789.515) | 5.226.506 |
| | 5.642.551 | 373.470 | (789.515) | 5.226.506 |
| Circulante | | | | 615.115 |
| Não circulante | | | | 4.611.391 |

11 Intangível

Controladora e consolidada

| | Saldo em 31/12/2018 | Amortização de intangível | Saldo em 31/12/2019 |
|----------------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------|
| PIRAPORA II ENERGIAS RENOVÁVEIS | 6.820.718 | (357.229) | 6.463.489 |
| PIRAPORA III ENERGIAS RENOVÁVEIS | 6.774.545 | (354.126) | 6.420.419 |
| PIRAPORA IV ENERGIAS RENOVÁVEIS | 6.704.810 | (349.987) | 6.354.823 |
| Pirapora II SOLAR HOLDING | 20.300.073 | (1.061.342) | 19.238.731 |

| | Saldo em 31/12/2017 | Adição | Saldo em 31/12/2019 |
|----------------------------------|------------------------|------------------|------------------------|
| PIRAPORA II ENERGIAS RENOVÁVEIS | 5.398.940 | 881.778 | 6.820.718 |
| PIRAPORA III ENERGIAS RENOVÁVEIS | 5.887.339 | 887.206 | 6.774.545 |
| PIRAPORA IV ENERGIAS RENOVÁVEIS | 5.818.536 | 886.274 | 6.704.810 |
| Pirapora II SOLAR HOLDING | 17.644.815 | 2.655.258 | 20.300.073 |

12 Tributos a recolher

A composição dos tributos a recolher é demonstrada abaixo:

| | Controladora | | Consolidada | |
|---------------------|--------------|----------------|----------------|------------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Tributos Federais | 9.642 | 198.011 | 797.757 | 1.035.512 |
| Tributos Estaduais | - | - | 4.246 | 42.199 |
| Tributos Municipais | - | - | 13.174 | 116.632 |
| INSS retido | - | - | - | 130.196 |
| Total | 9.642 | 198.011 | 815.177 | 1.324.539 |

13 Contas a pagar

A composição do contas a pagar é demonstrada abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|------------------|----------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| BTG Pactual | 18.260 | - | 18.260 | - |
| Biosar Brasil | - | - | 249.275 | 544.824 |
| Flextronics International | - | - | 8.551 | 8.551 |
| GE Power Conversion Brasil Ltda | - | - | 930.043 | - |
| Diversos | 1.931 | - | 398.182 | 66.878 |
| Swiss RE Corporate Solutions Brasil Seguros | - | - | 112.875 | 112.875 |
| BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. | - | - | 248.422 | - |
| Afaplan Planejamento | - | - | 32.982 | 32.981 |
| JG Assis de Almeida | 8.171 | 11.678 | 8.171 | 11.678 |
| B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCAO | 2.840 | 2.706 | 2.840 | 2.706 |
| CABRERA CONSULTORIA CONTABIL E TRIBUTARI | 103 | 3.090 | 103 | 3.090 |
| Domingues e Pinho Contadores | 2.859 | 2.859 | 10.929 | 10.929 |
| Banco Citibank | 11.941 | - | - | - |
| | - | 1.423 | - | 1.423 |
| | 46.105 | 21.756 | 2.020.632 | 795.935 |

14 Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

Controladora

| Linha de Crédito | Moeda | Encargos anuais | Vencimentos | 31/12/2019 |
|------------------------|-------|-----------------|-------------|--------------------|
| Principal Debentures | R\$ | IPCA + 4,22 % | 15/12/2031 | 118.000.000 |
| Juros | | - | - | 3.301.498 |
| Custos de captação | | - | - | (3.119.276) |
| | | | | 118.182.222 |
| Passivo Circulante | | | | 990.745 |
| Passivo Não Circulante | | | | 117.191.477 |

A movimentação no exercício da linha de crédito das debêntures segue apresentada abaixo:

| | | | |
|--|-------------------------|--|---------------------------|
| Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017 | 69.627.859 | Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018 | 7.693.615 |
| Juros e encargos | 6.707.756 | Juros e encargos | 3.394.048 |
| Liquidação de principal | (63.000.000) | Liquidação de principal | (7.000.000) |
| Liquidação de juros | (6.600.000) | Liquidação de juros | (786.166) |
| Montante Captado | - | Montante Captado | 118.000.000 |
| Custos de captação | 958.000 | Custos de captação | (3.119.275) |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2018 | <u>7.693.615</u> | Saldo final em 31 de dezembro de 2019 | <u>118.182.222</u> |
| Circulante | 7.693.615 | Circulante | 990.745 |
| Longo Prazo | - | Longo Prazo | 117.191.477 |

Consolidado

Em 28 de junho de 2018, a empresa firmou contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 366.477.566 tendo ocorrido a liberação total até 31 de dezembro de 2019 em um montante total de R\$ 354.071.151.

O objetivo desta captação foi para implantação (construção) do parque solar.

Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 2,0766% a., com exigibilidade mensal após o termino do período de carência em 15 de fevereiro de 2019

Abaixo, apresentamos a movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício, a saber:

| | Saldo em 31.12.2018 | Apropriação | | | Amortização | | | Saldo em 31.12.2018 |
|---------------------------------|------------------------|-------------------|-------------------|------------------|--------------------|---------------------|--------|------------------------|
| | | Adição | Juros | Custos | Principal | Juros | Custos | |
| Pirapora II Energia Renováveis | 114.364.414 | 4.677.552 | 5.930.210 | (62.281) | (3.216.113) | (6.075.077) | - | 115.618.705 |
| Pirapora III Energia Renováveis | 112.507.247 | 6.143.469 | 5.733.219 | (62.081) | (3.465.836) | (5.598.829) | - | 115.257.189 |
| Pirapora IV Energia Renováveis | <u>112.136.764</u> | <u>6.117.324</u> | <u>5.712.611</u> | <u>(62.082)</u> | <u>(3.157.350)</u> | <u>(5.891.447)</u> | - | <u>114.855.820</u> |
| | 339.008.425 | 16.938.345 | 17.376.040 | (186.444) | (9.839.299) | (17.565.353) | - | 345.731.714 |
| Circulante consolidado | | | | | | | | 16.368.642 |
| Longo Prazo consolidado | | | | | | | | 447.545.294 |

| | Saldo em 31.12.2017 | Apropriação | | | Amortização | | | Saldo em 31.12.2018 |
|---------------------------------|------------------------|--------------------|-------------------|------------------|----------------------|---------------------|--------------------|------------------------|
| | | Adição | Juros | Custos | Principal | Juros | Custos | |
| Pirapora II Energia Renováveis | - | 215.434.168 | 6.708.225 | 1.035.113 | (101.680.000) | (6.476.181) | (1.027.801) | 114.364.414 |
| Pirapora III Energia Renováveis | - | 213.559.657 | 6.649.856 | 1.026.106 | (101.660.000) | (6.412.749) | (1.026.106) | 112.507.247 |
| Pirapora IV Energia Renováveis | - | <u>213.540.249</u> | <u>6.649.252</u> | <u>1.026.013</u> | <u>(101.660.000)</u> | <u>(6.455.052)</u> | <u>(1.030.742)</u> | <u>112.136.765</u> |
| | - | 642.534.074 | 20.007.333 | 3.087.232 | (305.000.000) | (19.343.982) | (3.084.649) | 339.008.426 |
| Circulante Consolidado | | | | | | | | 18.052.903 |
| Longo Prazo Consolidado | | | | | | | | 328.649.139 |

Garantias

O empréstimo conta com garantia de Fiança Bancária.

15 Imposto de Renda e Contribuição Social

A Sociedade apura o resultado pelo lucro real e as suas controladas apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido.

Segue abaixo a composição dos valores a pagar em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

| | Consolidada | Consolidada |
|---------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | 2019 | 2018 |
| Contribuição Social | 539.682 | 957.439 |
| Imposto de Renda | <u>743.709</u> | <u>2.334.797</u> |
| Total | 1.283.391 | 3.292.236 |
| Impostos Correntes | 850.757 | 2.996.029 |
| Impostos diferidos | <u>432.634</u> | <u>317.124</u> |

Consolidado

| | 2019 | 2018 |
|--|------------------|------------------|
| Receitas operacionais + outras receitas tributáveis | | |
| Receitas de vendas | 82.421.150 | 34.285.929 |
| Base presumida para o IRPJ (8%) | 6.593.692 | 2.742.874 |
| Base presumida para a CSLL (12%) | <u>9.890.538</u> | <u>4.114.311</u> |
| Rendimentos de aplicações renda fixa/variável | 1.660.428 | 591.738 |
| Variações Cambiais Ativas - Operações Liquidadas | - | - |
| Receita de descontos | 1.695.956 | 895.262 |
| Demais receitas e ganhos de capital | <u>706.540</u> | <u>5.036.898</u> |
| Base de cálculo do imposto de renda | 10.656.615 | 9.266.772 |
| Base de cálculo da contribuição social | 13.953.461 | 10.638.209 |
| Alíquota do Imposto de Renda - 15% | 1.598.492 | 1.390.016 |
| Alíquota do Imposto de Renda - 10% | 1.041.663 | 944.782 |
| Alíquota da Contribuição Social - 9% | 1.255.812 | 957.439 |
| Total de Imposto de Renda Corrente | 2.640.155 | 2.334.798 |
| Total de Contribuição Social Corrente | 1.255.812 | 957.439 |
| Ajustes pertinentes a 2018 | <u>(71.413)</u> | <u>-</u> |
| Total dos tributos correntes | 3.824.554 | 3.292.237 |

| Impostos Diferidos | 2019 | 2018 |
|--|----------------|-----------------|
| Receitas operacionais + outras receitas tributáveis | | |
| Base de cálculo para os tributos diferidos | | |
| Varição do contas a receber | 3.313.654 | 10732862 |
| Base presumida para o IRPJ (8%) | 265.092 | 858.629 |
| Base presumida para a CSLL (12%) | 397.638 | 1.287.943 |
| Juros a receber - CCEE | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Base de cálculo do imposto de renda | 265.092 | 858.629 |
| Base de cálculo da contribuição social | 397.638 | 1.287.943 |
| Cálculo do IRPJ (alíquota de 15%) | 39.764 | 128.794 |
| Cálculo do IRPJ (alíquota de 10%) | 26.509 | 85.863 |
| Cálculo da CSLL (alíquota de 9%) | 35.788 | 115.915 |
| Total do Imposto de Imposto de Renda Diferido | 66.273 | 214.657 |
| Total de Contribuição Social Diferida | <u>35.788</u> | <u>115.915</u> |
| Total de tributos diferidos | 102.061 | 330.572 |

16 Patrimônio Líquido

16.1 Capital social

O capital social no valor de R\$ 17.975.818 (R\$ 106.675.818 em 31 de dezembro de 2018), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, encontra-se dividido em 17.975.818 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

| | Controladora | Controladora |
|--------------------------------------|---------------------|---------------------|
| | % | 2019 |
| | | 2018 |
| EDF EN do Brasil Participações Ltda. | 50 | 8.987.909 |
| Ômega Geração S.A. | 50 | <u>8.987.909</u> |
| | 100 | <u>17.975.818</u> |
| | | <u>106.675.818</u> |

Foi aprovado, sem ressalvas, a redução do capital social no valor de R\$ 88.700.000, em razão do mesmo ter se tornado excessivo em relação ao desenvolvimento das atividades da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, e o cosenquente cancelamento 88.700.000 ações ordinárias, nominativas, acarretando a proporcional às acionistas da Companhia.

Resultado do exercício

A Sociedade registrou Lucro no montante de R\$ 21.334.162 em 31 de dezembro de 2019 (prejuízo de R\$ 7.264.123 em 31 de dezembro de 2018).

Dividendos

Os dividendos da Sociedade são pagos com base em determinação feita por Assembleia Geral Extraordinária, consoante com a proposta feita pela Diretoria. A Sociedade poderá ainda apurar balanços intermediários para distribuição de dividendos, observando o disposto no parágrafo 204 da Lei 6.404/76.

16.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. A Sociedade constituiu R\$ 607.751 reserva legal em 31 de dezembro de 2019 em função do lucro reconhecido.

16.3 Adiantamento para futuro aumento de Capital

A controladora efetuou nos meses de setembro e dezembro de 2017 adiantamentos para futuro aporte de capital nos montantes de R\$ 5.400.000 e R\$ 19.500.000, respectivamente, totalizando R\$ 24.900.000. Os adiantamentos em questão, irreversíveis e irrevogáveis, não eram passíveis de devolução, além de terem quantidade de quotas de integralização definidas. O propósito dos adiantamentos era aumentar o capital da entidade ao longo do exercício de 2018, mediante alteração contratual aprovada em assembleia por deliberação da Diretoria, o que ocorreu de fato, tendo sido o adiantamento convertido em aumento de capital.

17 Receitas líquida de vendas

A composição das receitas de vendas consolidada é demonstrada abaixo:

| | Consolidada 2019 | Consolidada 2018 |
|--|-----------------------------|-----------------------------|
| Geração de energia | | |
| Receita de vendas | <u>84.904.511</u> | <u>44.251.955</u> |
| Receita bruta | 84.904.511 | 44.251.955 |
| (-) Deduções da receita bruta | | |
| PIS | (522.294) | (287.682) |
| COFINS | (2.607.027) | (1.327.761) |
| ICMS | - | (776) |
| Total das deduções da receita bruta | <u>(3.129.321)</u> | <u>(1.616.219)</u> |
| Total da receita líquida | <u>81.775.190</u> | <u>42.635.736</u> |

18 Custos das vendas por natureza

A composição dos custos das vendas por natureza é demonstrada abaixo:

| | Controladora | | Consolidada | |
|-----------------------------------|--------------|----------|---------------------|---------------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Custos operacionais | | | | |
| Seguros | - | - | (707.377) | (397.032) |
| Ajustes na conta da CCEE | - | - | (342.895) | - |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(1.050.272)</u> | <u>(397.032)</u> |
| Impostos e taxas | | | | |
| TUSD | - | - | (3.535.112) | (2.252.670) |
| Taxa de regulamentação | - | - | (415.263) | (3.214) |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(3.950.375)</u> | <u>(2.255.885)</u> |
| Serviços prestados | | | | |
| Serviços de Engenharia | | | - | (4.540.853) |
| Serviços de Manutenção | - | - | (3.484.249) | (536.623) |
| Outros Serviços | - | - | - | (432.793) |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(3.484.249)</u> | <u>(5.510.269)</u> |
| Depreciação | | | | |
| Custo com depreciação | - | - | (18.545.638) | (10.963.147) |
| Custo com amortização | - | - | (18.545.638) | (10.963.147) |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(18.545.638)</u> | <u>(10.963.147)</u> |
| Total dos custos de vendas | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(27.030.534)</u> | <u>(19.126.333)</u> |

19 Despesas administrativas e outras despesas e receitas operacionais por natureza

A composição das despesas operacionais por natureza é demonstrada abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Despesas administrativas | | | | |
| Despesas Legais | (73.491) | - | (164.893) | - |
| Despesas com publicações | (28.627) | - | (28.627) | - |
| Correios | (9) | - | (9) | - |
| Contribuições a associações | - | - | - | (912) |
| Outras | (18.259) | (16.742) | (26.271) | (591.774) |
| | (120.386) | (16.742) | (219.800) | (592.686) |
| Impostos e taxas | | | | |
| Impostos de importação | | | (5.685) | |
| Multas | - | - | (25.951) | - |
| Pis e Cofins | (25.113) | (43.154) | (25.113) | (43.154) |
| Outros impostos e taxas | (762) | (76.134) | (19.964) | (382.743) |
| | (25.875) | (119.288) | (76.713) | (425.897) |
| Despesas com serviços prestados | | | | |
| Honorários de Contadores | (38.429) | (43.529) | (332.713) | (329.491) |
| Honorários de Consultores | (75.047) | (3.923) | (225.169) | (5.560.385) |
| Honorários de Auditores | (18.484) | (12.420) | (141.912) | (39.031) |
| Honorários de Advogados | (158.678) | (423.419) | (628.593) | (839.220) |
| Publicidade | - | - | (16.781) | - |
| Serviços de tradução | - | - | - | (2.176) |
| Outros Serviços | (3.048) | (2.357) | (3.048) | (47.970) |
| | (293.686) | (485.647) | (1.348.215) | (6.818.273) |
| Rateio de despesas | | | | |
| Salários | - | - | - | (69.040) |
| Previdência social | - | - | - | (30.682) |
| Outros serviços | - | - | - | (104.511) |
| Aluguel | - | - | - | (17.374) |
| Seguros | - | - | - | (98) |
| Despesas legais | - | - | - | (1.362) |
| Viagens e estadias | - | - | - | (89.830) |
| Serviços prestados pelo exterior | - | - | - | (4.385) |
| Gestao de Administrativa | - | - | (270.741) | (21.474) |
| Gestao de Ativos | - | - | (397.496) | (40.665) |
| | - | - | (668.236) | (379.421) |
| Total das Despesas administrativas e outras despesas operacionais | (439.947) | (621.677) | (2.312.964) | (8.216.278) |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | | | | |
| Recuperação de despesas | 212.566 | - | 941.893 | - |
| Outras receitas operacionais | - | - | 706.541 | 4.977.306 |
| | 212.566 | - | 1.648.433 | 4.977.306 |

20 Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

| | Controladora 2019 | Controladora 2018 | Consolidada 2019 | Consolidada 2018 |
|--|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Receitas financeiras | | | | |
| Aplicações financeiras | 538.882 | 314.336 | 2.199.310 | 906.075 |
| Desconto | - | - | 1.147.802 | 664.660 |
| Juros - parte relacionada | - | 470.021 | - | 462.709 |
| Juros | <u>5.563</u> | <u>-</u> | <u>27.280</u> | <u>230.113</u> |
| | <u>544.445</u> | <u>784.357</u> | <u>3.374.392</u> | <u>2.263.557</u> |
| Despesas Financeiras | | | | |
| Juros de empréstimos - parte relacionada | (4.585.126) | (104.822) | (4.203.361) | - |
| Juros de empréstimos | (3.312.685) | (6.564.356) | (20.615.847) | (614.856) |
| Despesas bancárias | (114.326) | (1.970.624) | (4.724.593) | (19.402.830) |
| Variação cambial passiva | - | - | - | (3.438.833) |
| Encargos sobre pagamento em atraso | - | - | - | 8 |
| Despesas com IOF | (734.812) | (208.149) | (894.462) | (461.798) |
| Custos com empréstimos | (134.221) | (721.781) | (320.665) | (2.256.994) |
| Outras despesas financeiras | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(373.470)</u> | <u>-</u> |
| | <u>(8.881.170)</u> | <u>(9.569.732)</u> | <u>(31.132.398)</u> | <u>(26.175.303)</u> |
| Resultado Financeiro líquido | <u>(8.336.725)</u> | <u>(8.785.375)</u> | <u>(27.758.005)</u> | <u>(23.911.746)</u> |

21 Instrumentos financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade, conforme categorias abaixo:

| | | Controladora | | Consolidada | |
|------------------------------|------------------|---------------------|-------------|--------------------|-------------|
| | | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Aplicações financeiras | Custo amortizado | 812.170 | 66.796 | 2.214.761 | 3.640.598 |
| Contas a receber de clientes | Custo amortizado | - | - | 14.092.149 | 11.718.216 |

Passivos

| | | | | | |
|---|------------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| Contas a pagar | Custo amortizado | 46.105 | 21.756 | 2.020.632 | 795.935 |
| Contas a pagar - partes relacionadas | Custo amortizado | - | - | - | 684.209 |
| Empréstimos e financiamentos | Custo amortizado | 118.182.222 | 7.693.615 | 463.913.936 | 346.702.041 |
| Contrato de mútuo - partes relacionadas | Custo amortizado | - | 40.250.360 | - | 40.250.360 |
| Dividendos a pagar | Custo amortizado | 2.886.815 | - | 2.886.815 | - |

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estavam assim apresentados:

| | | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
|------------------------------|------------------|---------|--------|------------|------------|
| Aplicações financeiras | Custo amortizado | 812.170 | 66.796 | 2.214.761 | 3.640.598 |
| Contas a receber de clientes | Custo amortizado | - | - | 14.092.149 | 11.718.216 |

A administração avaliou, segundo sua política de PCLD e, com base no IFRS 9, conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

b. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Sociedade poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Empresa sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Empresa.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

| | 2019 | | 2019 | |
|------------------------------|------------------|--------------------|-------------------|--------------------|
| | Controladora | | Controladora | |
| | Até 1 ano | > 2 anos | Até 1 ano | > 2 anos |
| Contas a pagar | 46.105 | - | 2.020.632 | - |
| Empréstimos e financiamentos | 990.745 | 117.191.477 | 16.368.642 | 447.545.294 |
| | <u>1.036.850</u> | <u>117.191.477</u> | <u>18.389.274</u> | <u>447.545.294</u> |

| | 2018 | | 2018 | |
|--|-------------------|----------|-------------------|--------------------|
| | Controladora | | Controladora | |
| | Até 1 ano | > 2 anos | Até 1 ano | > 2 anos |
| Contas a pagar | 21.756 | - | 795.935 | - |
| Contas a pagar com partes relacionadas | - | - | 684.209 | - |
| Empréstimos e financiamentos | 7.693.615 | - | 18.052.903 | 328.649.138 |
| Contratos de mútuo - parte relacionada | 40.250.360 | - | 40.250.360 | - |
| | <u>47.965.731</u> | - | <u>59.783.407</u> | <u>328.649.138</u> |

d. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

e. Gestão de capital

A Sociedade obtém recursos diretamente através do investimento feito em suas SPEs controladas, uma vez que as mesmas já se encontram em fase de operação comercial e com fluxo de caixa positivo. O projeto pode contar ainda com a emissão de debêntures para compor seu portfólio de financiamento e fazer frente ao seu capital de giro e compromissos financeiros assumidos.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Sociedade preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2020, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base na taxa TJLP publicada para o último trimestre de 2019, cuja valor definido foi de 5,57%, sendo esta definida como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto). Abaixo, o resultado:

| Operação | 2019 | Risco | Cenário I (Provável) | Cenário II (Possível) | Cenário III (Remoto) |
|----------------------|-------------|-------|-------------------------|--------------------------|-------------------------|
| Passivos financeiros | | | | | |
| Debêntures | 121.301.497 | IPCA | 10.876.248 | 12.200.798 | 13.537.646 |

22 Compromissos assumidos

a. Contratos de venda de energia elétrica

A Sociedade está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

| Ano | Contratos | Pirapora II | Pirapora III | Pirapora IV |
|------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|
| | CCEAR | | | |
| | Volume (MWh) | 73.786 | 73.786 | 73.786 |
| | Preço (R\$/MWh) | 355 | 355 | 355 |
| 2021 -2038 | Total (R\$ Mil) | 26.163 | 355 | 26.163 |
| | Total (R\$ Mil) | <u>694.424</u> | <u>694.424</u> | <u>694.424</u> |

23 Seguros

Os saldos de despesas antecipadas são demonstrados a seguir:

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidada</u> | |
|---------------------------|---------------------|-------------|--------------------|----------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Administrativas - seguros | - | - | 260.220 | 377.457 |
| Total | - | - | 260.220 | 377.457 |
| Curto prazo | - | - | 260.220 | 377.457 |
| Longo Prazo | - | - | - | - |

A Sociedade mantém apólices de seguro contratado junto a Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S/A e a AXA Seguros, seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Sociedade possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Riscos Nomeados e Operacionais

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Transportes Nacional e Atraso no início das operações em decorrência de sinistros de transportes bem como as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice é passível de cobertura. A importância segurada é de R\$ 199.675.400 tendo como vigência o período de 26/09/2018 à 26/03/2020.

| Coberturas | Importâncias Seguradas |
|-------------------|-------------------------------|
| Lucro Cessante | R\$ 27.259.600,00 |
| Danos Materiais | R\$ 172.415.800,00 |

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 59.389.335 tendo como vigência o período de 30/06/2019 à 30/06/2020.

Coberturas Importâncias Seguradas \$ 59.389.335,00

Empregador, Empresa Concessionária ou Não de Serviços Públicos
 – Energia, Responsabilidade Civil Cruzada, Puloção Súbita e Acidental

24 Evento subsequente - Coronavírus

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Em função da recente escalada de notícias e ações governamentais, não temos como precisar exatamente quais e como serão os eventos subsequentes devido a pandemia do corona virus. Entretanto, temos planos de contingências bem definidos dentro do grupo para casos de desastres. Adaptamos essas ações para o atual cenário brasileiro e aplicamos a todas as áreas da empresa. Em uma análise preliminar não identificamos impactos relevantes no curto prazo. Entretanto, estamos constantemente monitorando o desdobramento do tema e desde já preparados para responder de forma rápida a qualquer tipo de externalidade.